

O Ministério dos Leigos: Genealogia de um Atrófiamento

Uma Contribuição para o Debate Atual sobre a Formação Teológica na IECLB*

Lothar C. Hoch

A. O Panorama Atual na IECLB

O intenso debate que se trava atualmente no interior da IECLB sobre formação teológica poderá se revelar como frutífero em muitos sentidos. Quero me limitar aqui ao exame de uma das áreas da Igreja que, a meu ver, deve ser especialmente privilegiada nesse debate. Refiro-me à formação teológica das comunidades, mais precisamente à implementação do trabalho de leigos.

Se escuto corretamente os sinais que estão sendo emitidos nas mais diferentes freqüências, cresce no interior da IECLB o coro de vozes que desejam uma participação mais expressiva dos leigos na vida da Igreja. Em especial, ouve-se o clamor por maior atenção à formação de leigos. Trago alguns exemplos recentes para comprová-lo.

Pastores e pastoras recém-egressos da Faculdade de Teologia, reunidos para refletirem sobre a formação teológica que receberam, solicitam que o currículo contemple mais do que o fez até aqui a formação de lideranças leigas na comunidade¹. Um dos distritos eclesiais da IECLB, reunido em concílio, encaminhou solicitação idêntica ao Conselho Diretor da IECLB².

Um leitor do *Jornal Evangélico*, concordando com o Pastor Presidente da IECLB no seu incentivo à prioridade da IECLB em “edificar comunidades”, escreve: “Os nossos pastores estão bitolados a um sistema onde só eles falam e a comunidade tem que escutar calada. Igreja, para ser convidativa, precisa, em primeiro lugar, ser participativa”³.

Agentes de pastoral urbana reunidos em Porto Alegre para analisar o processo urbanizatório e as possibilidades e limites da paróquia tradicional nesse contexto, chegam à conclusão de que é necessário diversificar os ministérios, celebrar cultos mais participativos, incentivar o surgimento de pequenos grupos, preparar melhor as lideranças e dar mais tarefas para os membros das comunidades⁴.

Um comentário do jornalista Edelberto Behs a respeito do censo recentemente realizado na IECLB dá conta de que nas cidades grandes boa parcela de evangélicos de confissão luterana não foi recensada “por completo desconhecimento de sua existência na localidade”. Segundo Behs, isso é uma demonstração de que “a atual estrutura paroquial nas cidades está perdendo o acompanhamento de seus eventuais membros que se instalam na periferia”⁵.

Considerando que essas manifestações procedem dos mais diferentes grupos da IECLB (leigos, pastores, obreiros catequistas e diaconais), de diferentes linhas teológicas (desde a Pastoral Popular Luterana até ao Movimento Encontrão) e de diferentes unidades e instâncias decisórias (comunidades, distritos e regiões), evidencia-se o grau de representatividade desse clamor como sendo bastante amplo.

Mas não há só manifestações sobre o assunto. Há também iniciativas concretas e programas de formação de leigos a demonstrar essa tendência. Os pedidos por cursos do Instituto de Capacitação Teológica Especial (ICTE) são surpreendentemente numerosos. Estão também sendo organizados diversos cursos por iniciativa própria de distritos e paróquias da IECLB⁶. A grande mobilização em torno das “Semanas da Criatividade”, a crescente solicitação por cursos ao Departamento de Catequese, a colocação de aproximadamente 20 mil exemplares do Curso Redescoberta do Evangelho entre as comunidades da IECLB, e, não por último, as vozes que se fizeram ouvir na recente Consulta sobre Formação Teológica na IECLB, são sinais de que possivelmente estejamos vivendo um momento inédito de anseio, não só por formação de leigos, mas por um modelo mais democrático e comunitário de ser Igreja.

Teria o atual momento algo de característico que o distingue de outros vividos anteriormente na IECLB (penso, por exemplo, nas décadas de 60 e 70, quando se falou muito em temas como “Mordomia”, “Comunidade Missionária” e “Catecumenato Permanente”), todos expressão concreta de uma busca por maior participação de leigos na vida da Igreja?

Ainda que seja cedo para se fazer uma análise aprofundada da questão, até porque estamos por demais envolvidos na dinâmica de um processo ainda em gestação, penso que seja possível arriscar uma caracterização específica do atual momento em relação ao ocorrido nos anos 60 e 70:

A nível de América Latina, há que ser mencionada a Teologia da Libertação (TdL) no que concerne à contribuição que teve para a conscientização do papel dos leigos na Igreja. Quando L. Boff fala em “Eclesiogênese”, tem em mente justamente a nova Igreja que está surgindo na base e que encontra na mobilização dos leigos sua expressão maior. A força maior da TdL reside exatamente na força dos leigos.

A IECLB, como uma Igreja aberta ecumenicamente, não permaneceu imune à influência da TdL, também no que diz respeito à participação de leigos na vida da Igreja. Acredito inclusive que a mobilização de leigos na IECLB esteja se dando menos do que, por exemplo, na Igreja Católica por uma crise aguda de vocações ao ministério pastoral do que por razões que serão examinadas a seguir.

A nível nacional, deve ser lembrado o processo de redemocratização que se viveu no Brasil nesses últimos anos. A grande participação popular na luta pelas diretas-já e posteriormente nas eleições, a organização dos operários e dos agricultores e o fortalecimento do sindicalismo, a crescente mo-

bilização das mulheres, dos professores, dos aposentados e de muitas outras classes sociais têm levado a um desejo de maior participação também na vida da Igreja.

Assim como o Brasil de hoje não é mais o mesmo dos anos 70, também boa parte dos membros da IECLB vive hoje um outro estágio de consciência. A tradição germânica e rural e o fato de terem nascido nessa Igreja não se constituem mais em fatores suficientes para permanecerem fiéis à IECLB, especialmente em ambiente urbano. De modo crescente o ser membro da IECLB decorre de uma opção consciente por ela. E no momento em que a filiação à IECLB for se dando mais por opção e não por tradição, as formas tradicionais de vivência comunitária e de celebração terão que se renovar, contemplando uma maior participação e responsabilidade dos leigos em todos os níveis da Igreja.

Também a nível interno ocorreram fatos que, a seu modo, acabaram contribuindo para uma maior valorização dos leigos. Devem ser mencionados o Movimento Encontrão com sua ênfase no discipulado e na formação de lideranças; a crescente conscientização que se observa no tocante à diversidade de ministérios, questão lembrada especialmente pelas(os) catequistas e obreiras(os) diaconais, e, não por último, a crise que se faz sentir no pastorado tradicional, e a absoluta incapacidade que a IECLB tem demonstrado para enfrentar os desafios da pastoral urbana.

Dentro dessa conjuntura global, a IECLB e a própria formação teológica na Escola Superior de Teologia (EST) vivem um momento decisivo. De um lado há dificuldades e impasses a serem enfrentados, mas de outro lado há oportunidades ímpares se abrindo na busca por caminhos novos e que não repitam vícios do passado. Penso que o testemunho bíblico e a tradição reformatória oferecem pistas que podem nos orientar nessa busca. No próximo capítulo quero arriscar algumas reflexões a partir dessas fontes, tendo em vista especialmente a pergunta pelo lugar do ministério leigo na Igreja.

B) O Novo Testamento⁸ e a Evolução Posterior

O NT não conhece um termo equivalente ao que hoje chamamos de “ministério”. O conceito fundamental na teologia paulina que descreve os serviços e as funções exercidas na Igreja é “carisma”. Tem um carisma aquela pessoa que, pela fé, se torna partícipe da graça e do Espírito de Cristo. Os dons do Espírito são concedidos a todos os membros da comunidade que, juntos, formam o Corpo de Cristo.

Em virtude disso, não existe posição privilegiada, seja de poder, seja de monopólio da pregação, de qualquer membro do Corpo de Cristo em relação aos demais. 1 Co 12.20 deixa claro que “há muitos membros, mas um só corpo”, sendo que o conjunto dos membros constitui o Corpo de Cristo (v. 27). E juntamente com os dons da graça concedidos ao corpo são

também concedidas, ao corpo todo, as mais diferentes funções, que hoje chamamos de ministérios.

O que distingue os membros do Corpo de Cristo não é, portanto, a posse de um carisma e sim a modalidade do exercício desse carisma, uma vez que os dons são diversos. Ora, os dons sendo diversos, é importante que todos tenham espaço e oportunidade de expressá-los, para que na conjugação de todos eles o Corpo de Cristo seja edificado.

É evidente que, onde há pluralidade de dons e de detentores de ministérios, podem surgir conflitos (1 Co 14.20ss.). É por isso que o apóstolo coloca o amor como instância crítica em relação a todos os carismas para evitar que uns se sobreponham a outros ou venham a sufocá-los, “porque Deus não é de confusão, e, sim, de paz” (1 Co 14.33).

1 Coríntios 12

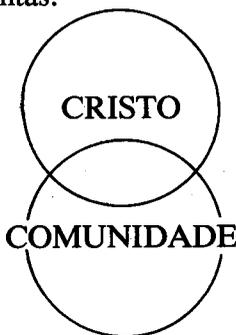


No próprio NT, contudo, já se espelham transformações que, com o passar do tempo, foram ocorrendo na concepção de Igreja e de ministério.

Ainda próximas à concepção de Paulo estão as cartas deuteropaulinas, mais precisamente a epístola aos Efésios. Também aqui se fala da diversidade de carismas ou dons espirituais que devem ser desempenhados com vistas à edificação do Corpo de Cristo (4.11s.), mediante o “auxílio de toda junta, segundo a justa cooperação de cada parte” (v. 16).

Olhando bem, observa-se, contudo, que a figura do Corpo de Cristo já sofre uma pequena alteração. O v. 15 exorta a comunidade para que cresça em direção a Cristo, a cabeça. É verdade que, como cabeça, Cristo faz parte do corpo, mas, a rigor, a imagem do corpo propriamente dito fica reservada à comunidade. Cabeça e corpo, ainda que constituam uma unidade, são duas grandezas distintas.

Efésios 4



O quadro se altera mais acentuadamente na medida em que foram surgindo pequenas comunidades cristãs espalhadas pelo mundo da época. Esse mundo foi hostil à Igreja em formação: em sentido político, devido à perseguição a cristãos por parte do Império Romano, e em sentido religioso, devido à influência de pensamentos gnósticos. Era necessário proteger-se física e espiritualmente e se manter o mais fiel possível à tradição apostólica. Inspirado no modelo da comunidade de Jerusalém, surgem também nas comunidades gentílicas os presbitérios, e dentro destes emergem cargos e funções de liderança que paulatinamente vão concentrando o ministério.

1 Tm 4.14; 5.22; 2 Tm 1.6 mostram que através da imposição de mãos (uma forma primitiva da ordenação?) os cargos de liderança e da pregação são confiados a algumas pessoas destacadas. De forma embrionária se desenha o futuro episcopado. Em todo caso, já se prenuncia aqui uma diferença entre “clero” e “leigos”. Entre Cristo e a comunidade se interpõe a figura do ministro.

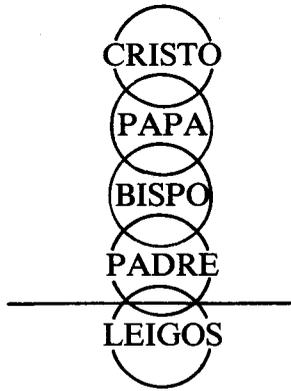
Cartas
pastorais



Dado esse passo, está aberto o caminho para a evolução posterior que se verificou na Igreja Católica e que culminaria na instituição do episcopado, do papado e de todo o aparato representado pela Cúria Romana. A doutrina da sucessão apostólica dá a necessária sustentação a todo o aparato hierárquico. Mais do que isso, a hierarquia eclesiástica passa a ser um sinal sacramental da Igreja⁹. Cabe a ela o monopólio da interpretação da Escritura e desse modo o controle absoluto da doutrina.

Através da ordenação se confere ao sacerdote um *status* especial, na medida em que ela imprime na sua alma um caráter indelével, ou seja, um sinal espiritual que o distingue substancialmente dos leigos¹⁰. Como consequência, a corrente da sucessão apostólica só é transmitida através dos detentores do ministério ordenado. Os leigos estão fora dela. Pessoas do sexo feminino estão duplamente excluídas: por serem leigas e por serem mulheres.

Desenvolvimento
posterior



A partir de agora há uma diferença essencial entre cristãos comuns ou leigos e cristãos espirituais ou religiosos.

Aos leigos cabe cuidar da esfera temporal, das estruturas sociais, da política... Já o clero e os religiosos se ocupam das coisas do espírito, do sagrado. Têm por função realizar, administrar e distribuir os sacramentos e os diversos “bens” simbólicos dos quais vive e se alimenta a comunidade.¹¹

Por ser a vocação do clero de natureza espiritual e estar acima da vocação meramente temporal dos leigos, é natural que também sua piedade se caracterize pela distância frente às coisas do mundo. Poder, dinheiro e sexo são as marcas do mundo e da carne, das quais convém se distanciar ao máximo. Por isso são exigidos de quem ingressa no estado espiritual os votos de pobreza, castidade e obediência. Desse modo é estabelecida também uma ética “superior” para os cristãos espirituais e uma “inferior” para os cristãos comuns. Esta última se restringe a algumas exigências mínimas como, por exemplo, a observância dos dez mandamentos¹².

C) O Lugar dos Leigos na Teologia Luterana

O surgimento de Martin Lutero e sua redefinição do papel dos leigos na Igreja teve um forte impacto sobre o quadro eclesial acima descrito. Na verdade, Lutero põe muitas das idéias até então vigentes de ponta-cabeça. Um dos conceitos básicos da sua teologia é o do “sacerdócio geral de todos os crentes”. Cabe examiná-lo brevemente¹³.

O ponto de partida central da doutrina do sacerdócio geral é a idéia de Lutero de que não existe instância humana com função mediadora entre Deus e o cristão, exceto o próprio Cristo e a sua palavra.¹⁴ Nem sacerdote, nem papa, nem concílio têm autoridade para prescrever o que o cristão deve crer. Nega-se a existência de uma instância de tutela da fé e retira-se da hierarquia eclesiástica o monopólio da interpretação da Escritura. Uma pala-

vra do próprio Lutero serve para ilustrá-lo: “... não basta que tu digas ‘Lutero, Pedro ou Paulo o afirmam’, mas tu precisas sentir em tua própria consciência, perceber o próprio Cristo e não duvidar que se trata da Palavra de Deus, ainda que o mundo inteiro lute contra...”¹⁵ Postula-se o homem que tem a consciência presa ao Evangelho como senhor livre sobre todas as coisas, sobre as autoridades e sobre todas as doutrinas humanas.

Esta posição representa um questionamento radical da doutrina da sucessão apostólica que constitui a base de sustentação da concepção de hierarquia na Igreja Católica. Além disso, ela questiona o princípio da separação entre clero e leigos. Lutero afirma:

Inventou-se que o papa, os bispos, os sacerdotes e o pessoal dos conventos sejam chamados de estado clerical... isto é uma invenção e fraude muito refinadas. Mas que ninguém se intimide por causa disso, e pela seguinte razão: todos os cristãos são verdadeiramente de estado ‘clerical’, isto é, espiritual, e não há qualquer diferença entre eles, a não ser, exclusivamente, por força do seu ofício...¹⁶

Decorre daí, em primeiro lugar, que o ministério dos leigos não se deriva da hierarquia eclesiástica nem está subordinado a ela, mas se deriva do próprio Cristo, resultando da vivência prática do Batismo. E, em segundo lugar, que o ministério leigo não se distingue do ministério ordenado pela sua natureza mas tão somente pela sua modalidade, ou seja, pela forma como é exercido¹⁷.

É necessário reconhecer, contudo, que é arriscado estabelecer a consciência individual como autoridade última no tocante às questões de fé. Por isso, ao lado da vocação interna do cristão que se dá pela ação do Espírito Santo, por via direta e sem a intermediação da hierarquia eclesiástica, Lutero dá ênfase à vocação externa, ou seja, à necessidade do cristão de receber um chamado por parte da comunidade eclesial para o exercício do seu ministério. O cristão não vive sua fé apenas em relação a Deus mas também em relação à comunidade. Vivendo em comunhão com outros irmãos e irmãs, ele precisa exercer o seu carisma num espírito de fraternidade em relação aos mesmos. Lutero afirma: “Se estiver num lugar em que há cristãos, os quais junto com ele têm a mesma autorização e direito, ele não deve projetar a si mesmo. Espere até que seja convocado e escolhido para pregar e ensinar no lugar e por ordem dos demais.”¹⁸

Em caso de necessidade, porém, o cristão tem o direito e o dever de pregar o evangelho mesmo que ninguém o tenha convocado para tal. Como casos de necessidade Lutero menciona a hipótese de um cristão viver num lugar onde não há outros cristãos, mas também a hipótese dele estar diante de um pastor ou professor que esteja ensinando errado (1 Co 14.30)¹⁹. Isso naturalmente pressupõe que o povo de Deus seja versado no conhecimento das Escrituras e capaz de julgar toda a doutrina, algo que Lutero não se cansa de enfatizar²⁰. Na medida em que “cada cristão tem a palavra de Deus e foi instruído e ungido por Deus para ser sacerdote”²¹, mesmo

que não exerça esse ministério publicamente, ele deve exercê-lo no julgamento da doutrina. Os que exercem o ministério da pregação e do ensino em nome e por autorização dos demais, por sua vez, devem “estar sujeitos com sua doutrina ao parecer dos ouvintes”²².

Deste modo Lutero reabilita o leigo como membro pleno do povo de Deus e restabelece o primado do ministério da comunidade sobre o ministério especial. O ministério especial é uma expressão do ministério geral e existe em função deste, ou seja, em função da capacitação do povo de Deus para o exercício do seu ministério. Onde o ministério geral inibe o povo de Deus de exercer o seu mandato de testemunhar o evangelho, ele deixa de alcançar seu objetivo.

Isto não significa, contudo, que o ministério especial esteja a serviço de interesses da comunidade quando esses forem incompatíveis com o evangelho. Assim como a comunidade deve julgar toda doutrina, o detentor do ministério especial deve julgar qualquer manifestação da comunidade quanto à legitimidade de sua procedência. A fidelidade primeira do ministro será sempre devida ao evangelho. Lutero enfatiza que o pregador é “ministro da palavra de Deus” (*minister verbi divini*)²³. Ora, se o ministério é do próprio Cristo, nem a comunidade nem o ministro estarão acima dele; ambos devem fidelidade ao ministério de Cristo e estão sujeitos a ele no exercício de suas respectivas competências, agindo em atitude de correção mútua.

Lutero



O ministério da pregação é da comunidade toda. O ministério especial emerge dela, atua em nome e por incumbência dela e em fidelidade a Cristo. É justamente a natureza comunitária do ministério que exige que do meio da comunidade brote o ministério especial como instrumento de preservação da unidade e da ordem. Mas essa mesma comunitariedade igualmente preservará o ministro de um uso abusivo do poder²⁴.

Todavia, a mesma tendência que já se verificara na Igreja primitiva viria a se repetir na época da Reforma. O próprio Lutero, devido ao desenvolvimento que o movimento reformatório tomou após 1525, tornou-se mais cauteloso no tocante à ênfase no ministério dos leigos.

Nos Escritos Confessionais a idéia do sacerdócio geral de todos os crentes, ainda que presente implicitamente, é mencionada de forma expressa

apenas uma única vez²⁵. Mesmo considerando as circunstâncias históricas nas quais surgiu a Confissão de Augsburg, não deixará de causar estranheza que, por exemplo, no Artigo 28 se fale da autoridade episcopal nos mesmos termos como da autoridade secular, ou seja, como poderes por Deus instituídos “que devem ser honrados e estimados, com toda a reverência”²⁶.

Está aberto o caminho para o surgimento do episcopado monárquico que fez do senhor territorial a mais alta autoridade eclesiástica²⁷. O fato dessa função ter sido confiada a um leigo está em acordo com a doutrina do sacerdócio geral de todos os crentes. Mas o fato dele acumular as funções de autoridade máxima na esfera política e na esfera eclesiástica, simultaneamente, teve conseqüências de profundo alcance no que diz respeito à relação entre Igreja e Estado nos séculos vindouros na Alemanha e até mesmo para o luteranismo que viríamos a conhecer mais tarde no Brasil.

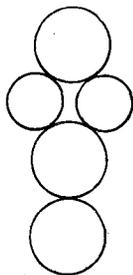
Para fugir da clericalização da Igreja o luteranismo enveredou para uma perigosa aliança entre trono e altar, em meio à qual perdeu sua voz profética, especialmente em relação às coisas públicas, e contribuiu para que os luteranos se tornassem súditos fiéis e submissos do Estado. Historicamente essa situação perdurou até a queda da monarquia alemã, no final da I Guerra Mundial (1918).

Em meio a esse processo, foi se tornando cada vez mais difícil para o leigo comum distinguir entre a autoridade do senhor territorial e a do seu funcionário, o pastor. Tanto mais se levamos em conta que foi o próprio rei da Prússia que introduziu o manual de cultos e as vestes talares que os pastores usavam para celebrar os cultos²⁸.

Não deve causar estranheza se boa parte dos imigrantes protestantes que aportaram no Brasil, e que mais tarde viriam a constituir a atual IECLB, veriam no seu pastor antes de mais nada uma figura de autoridade, a quem cabe respeitar. Pesquisa feita entre membros de comunidades luteranas do Estado do Espírito Santo mostra que, dentre as lembranças que guardam dos pastores antigos, oriundos da Alemanha, se destacam o respeito e o medo que deles tinham e as surras que deles levavam nas aulas de ensino confirmatório²⁹.

Não digo isso para desmerecer aqueles pastores que outra coisa não foram do que filhos do seu tempo e reflexo duma concepção por demais hierarquizada de Igreja e de ministério. Mas não deixa de se constituir em ironia o fato de que tal prática ministerial viesse a se desenvolver justamente a partir da Reforma, que se insurgira contra um modelo hierárquico de Igreja e estabelecera em seu lugar a idéia do sacerdócio geral de todos os crentes.

Luteranismo
posterior



CRISTO

SENHOR TERRITORIAL

PASTOR

LEIGOS

Em resumo, precisamos ter consciência de que o luteranismo, visto como um todo, ou seja, considerando a Reforma e o seu desenvolvimento posterior, nos legou um testemunho ambíguo no que diz respeito ao ministério dos leigos. O que se verificou, na verdade, foi um processo gradativo de atrofiamento desse ministério.

Essa herança pesa fortemente sobre nós como Igreja. Em termos de discurso teológico acentuamos continuamente o sacerdócio geral de todos os crentes, mas de fato praticamos entre nós uma forma de ministério hierárquico e fortemente centralizado na figura do pastor em detrimento da diversidade de ministérios. Em outras palavras, quando teologizamos nos baseamos em Lutero, quando nos organizamos como Igreja nos aproximamos mais do que seria desejável do luteranismo posterior.

Houve razões históricas em terra brasileira que reforçaram essa tendência herdada do luteranismo europeu. Lembro que desde o início da colonização até praticamente aos dias atuais os luteranos têm convivido com a falta de pastores. As pesquisas de J. Fischer mostram o quadro dramático vivido pelas primeiras gerações de imigrantes luteranos e como esse quadro levou ao surgimento dos chamados “pastores-colonos”³⁰. Essa contingência, ainda que baseada na doutrina do sacerdócio geral de todos os crentes, acabou se tornando uma experiência traumática para a Igreja institucionalizada, vindo a fortalecer ainda mais a figura do pastor.

O fato dos pastores sempre terem sido raros levou a que fossem altamente disputados como “produto de importação”. Aliás, até hoje há comunidades entrando numa verdadeira disputa e, não raro, tendo que oferecer mais do que são capazes em termos de infra-estrutura para terem o seu pastor. Quando o têm, sempre como alguém vindo de fora e jamais como alguém que emergisse do seu próprio meio, julgam-se no direito de firmar com ele ou ela um contrato de serviço, onde os membros pagam para serem atendidos em suas necessidades religiosas, especialmente a celebração de cultos, sacramentos e ofícios, em troca de um direito à passividade.

Se esta situação, por um lado, confere ao pastor uma posição de poder, por outro lado, o torna servo da comunidade, podendo ser despedido caso não “funcionar” de acordo com as expectativas desta. Em qualquer

uma dessas circunstâncias a relação entre comunidade e pastor não só se torna mercantilizada como subverte a concepção reformatória da partilha de responsabilidade entre todos os membros da comunidade de acordo com os respectivos dons. Além disso, resulta daí uma estrutura paroquial que se torna cada vez mais cara e que, via elevação da contribuição financeira, vai expulsando os membros mais pobres da Igreja.

D) Desafios que Se Colocam para a EST na Atual Discussão sobre Formação Teológica na IECLB

Se é verdade o que dissemos inicialmente, ou seja, que se vive atualmente um momento particularmente propício para a implementação da participação de leigos na vida da Igreja, então cabe a todos os segmentos que a constituem se perguntar qual a contribuição específica que podem dar nesse sentido. Vou me restringir aqui a tecer algumas considerações sobre o papel que cabe à EST nesse processo³¹.

1. Em primeiro lugar, é necessário que a EST tome consciência da influência que sua própria história continua tendo sobre o seu modelo de formação teológica. A Faculdade de Teologia foi concebida nos moldes da formação teológica existente na Alemanha do pós-guerra, a qual se dava no âmbito duma universidade estatal³². A perspectiva da comunidade, do leigo e de tudo o que diz respeito à Teologia Prática não recebia maior atenção. O modelo de formação alemã prevê que esses aspectos sejam recuperados mais tarde no contexto do vicariato e em Institutos de Pastoral criados com tal finalidade.

Na IECLB se copiou a primeira parte desse modelo, mas jamais se acrescentou a segunda. O Seminário de Araras construído para esse fim jamais cumpriu seu papel e serve como testemunho vivo de que o modelo importado de formação teológica foi mal adaptado ao ser introduzido no Brasil. A consequência foi que tivemos que fazer reajustes no currículo da Faculdade de Teologia, visando recuperar a defasagem em termos de formação prática. A tentativa mais séria foi feita em inícios da década de 70, a qual trouxe alguns avanços como, por exemplo, a introdução do Estágio.

Ainda assim, as reformas de estudo — e a próxima já vem vindo por aí — até hoje não conseguiram minimizar substancialmente a defasagem de formação prática, porque o modelo de formação que está por trás das mesmas até hoje não privilegiou a perspectiva da comunidade no seu fazer teológico. Em nossa formação teológica não temos conseguido relacionar adequadamente o ministério especial e o ministério geral. Com isso, mesmo não querendo, temos contribuído para reforçar o pastorcentrismo amplamente difundido em todos os níveis dessa Igreja.

Um sinal disso é o fato de que o tema “ministério” com todas suas variantes, tais como a diversidade de ministérios, o ministério dos leigos, a

evangelização, a edificação de comunidade, a formação de lideranças, enfim, temáticas relacionadas com a partilha de responsabilidades na comunidade, jamais tem merecido a necessária atenção no currículo da Faculdade de Teologia. Olhando-se as publicações nos Estudos Teológicos, que é o órgão que espelha a produção teológica da instituição, se confirma essa lacuna.

O projeto EST visava reforçar a idéia da diversidade de ministérios através da integração da formação pastoral, catequética e de leigos. Os avanços reais em termos de uma formação integrada que privilegie equitativamente os diversos ministérios, porém, tornam-se muito difíceis na medida em que na IECLB não se regulamentam os ministérios catequético e diaconal. Pouco adianta a EST investir na diversidade de ministérios enquanto na Igreja de modo geral se continuar privilegiando o ministério pastoral. As manifestações da EST nesta questão, seja a nível de professores, seja a nível de estudantes, têm sido tímidas. Tenho dúvidas se catequistas, diáconos e diaconisas têm visto em nós, teólogos(as), companheiros(as) leais e solidários(as) em sua luta.

Com relação ao Instituto de Capacitação Teológica Especial-ICTE e ao Núcleo Avançado, apesar de se tratar de experiências recentes, é possível dizer que estão dando oportunidade a que professores e estudantes da casa se confrontem de forma mais direta com os membros da Igreja. Esse fato, de uma forma natural, dá oportunidade a que a perspectiva dos leigos esteja mais presente no nosso horizonte teológico. O grande desafio está em encontrarmos uma forma de fazer com que essa mesma perspectiva se faça mais presente na sala de aula e na teologia que se faz na casa. O risco consiste em que experiências como as que o ICTE vem colhendo permaneçam restritas a um departamento da EST, sem que venham a influenciar a teologia e a pedagogia como um todo. A criação de uma nova disciplina na EST chamada "Edificação de Comunidade" é resultado da consciência de uma lacuna, mas a simples criação de uma cadeira, por si só, não resolverá o problema.

2. Na IECLB ainda se define Igreja a partir de uma interpretação por demais estreita da CA VII, ou seja, como o lugar onde "se prega o evangelho de modo puro e onde se administram corretamente os sacramentos". Ora, para que fosse satisfeita a exigência da reta doutrina e da correta celebração do rito investiu-se alto na sólida formação teológica dos pastores. Esta foi se tornando cada vez mais demorada, cara e especializada, e, por conseguinte, mais distanciada dos membros da IECLB. Não que a boa formação teológica em si mesma fosse problemática; mas, sim, á falta de um investimento correspondente na formação das bases da Igreja.

Por causa da formação privilegiada oferecida apenas aos pastores e da crescente assimetria que se verificava em relação à formação teológica dos leigos, estes passaram a delegar cada vez mais as funções que, por natureza, lhe pertencem como membros plenos do povo de Deus, aos especialistas do rito e da reta doutrina.

Não me parece que o problema maior da relação entre pastores e leigos resida na autoridade formal que hoje se confere à figura do pastor. A autoridade formal do padre ou do pastor está sendo solapada pelo processo de secularização vigente. Prova disso é a crescente disposição dos membros leigos de criticar as lideranças religiosas.

O ponto de sustentação da autoridade do pastor está na sua autoridade teológica e sacerdotal. Sua autoridade teológica lhe é proporcionada por uma formação privilegiada que lhe permite trabalhar com as fontes originais do texto bíblico e o familiariza com diferentes metodologias de pesquisa, além de lhe proporcionar conhecimentos históricos, sistemáticos e práticos importantes. Sua autoridade sacerdotal lhe é conferida através de um ritual solene de ordenação, dirigido por autoridade eclesiástica competente, diante da comunidade, em vestes que o destacam do fiel comum. A conjugação desses fatores aliada à incumbência que é conferida somente a ele de publicamente “pregar o evangelho e administrar os sacramentos”, não deixará aos leigos outra alternativa que não seja a de se sentirem cada vez mais “leigos”.

Esta posição esta respaldada numa teologia que privilegia a racionalidade como seu veículo mais eficaz, para não dizer exclusivo. Não que a teologia pudesse prescindir da razão. O perigo reside num reducionismo racional que negligencia a dimensão simbólica da fé e a espiritualidade como linguagem teológica. Uma teologia que se preocupa unilateralmente em formular frases de cunho doutrinário não estará longe de afirmar que a pessoa se apropria da salvação através do conhecimento de credos e de doutrinas formuladas por especialistas³³. Certamente não é por acaso que na IECLB, ainda hoje, se fale em freqüentar a “doutrina” quando se pretende encaminhar um adolescente na vida de fé através do ensino confirmatório.

Enquanto houver sustentação teológica e confessional para uma concepção ministerial que concentra no pastor a autoridade teológica e sacerdotal e uma formação teológica excessivamente acadêmica e racional que lhe dê cobertura, não se chegará jamais a uma efetiva diversidade de ministérios na Igreja. Aos olhos da comunidade, o catequista e o diácono serão sempre subalternos do pastor, ainda que este não o queira. O leigo, por sua vez, se satisfará em cumprir seu ministério na esfera profana: os homens na administração do dinheiro e dos bens da comunidade e as mulheres na cozinha e nos trabalhos manuais. Em muitas comunidades os leigos já se consideram altamente valorizados quando lhes é permitido ler a epístola no culto dominical.

3. Penso ser necessário que se reflita de maneira mais intensiva ainda sobre o projeto pedagógico da formação teológica praticada na EST. Temo que não esteja havendo um equilíbrio entre a capacitação de estudantes para um modelo de comunicação frontal, como por exemplo a prédica, e modelos de comunicação mais participativos que favoreçam o diálogo e a integração grupal. Nós não temos conseguido ensaiar em sala de aula, em

nossas celebrações ou em nossa vivência comunitária, novos modelos de comunicação que estimulassem a criatividade e a comunitariedade na busca pelo saber.

Temo que o modelo discursivo e monologal da comunicação praticada na EST esteja sendo perpetuado pelas comunidades afora por intermédio das(os) estudantes que aqui se formam. Esse modelo de comunicação encontra respaldo natural na autocompreensão de sermos a “Igreja da Palavra”. É justo, numa época onde a palavra está inflacionada, enfatizar a excelência do ministério da pregação (verbal), nos mesmos termos em que Lutero, à sua época, o fez? Em que medida a fé numa quase “auto-suficiência da palavra pregada”, ou seja, a certeza de que a palavra se torna eficaz pelo poder transformador que lhe é inerente, não nos torna acomodados e contribui para a falta de credibilidade do nosso testemunho?

A dificuldade que enfrentamos para motivar leigos para uma participação mais atuante na vida da Igreja e na sociedade civil certamente não se deve ao fato de termos pregado pouco. Pelo contrário, temo que tenhamos pregado tanto que nossas palavras tiveram um efeito paralisante sobre os membros. Isso se deve, entre outras coisas, a um modelo de comunicação que tem condenado os membros a um papel passivo de ouvintes, de preferência atentos e bem-comportados. O nosso discurso costuma ser apelativo e apropriado a despertar consciências pesadas, mas raramente oferece pistas concretas e viáveis para uma atuação efetiva da comunidade.

Precisamos encontrar um modelo pedagógico que corresponda melhor a uma proposta comunitária de ler a Bíblia, de celebrar a fé e de fazer teologia. Temo que nossa formação esteja reproduzindo um modelo de pastorado já ultrapassado e que tem se mostrado ineficaz para despertar e aperfeiçoar os dons e carismas existentes na comunidade.

Observo, por exemplo, que na EST se estuda muito sobre a Bíblia mas pouco sobre a maneira de trabalhar com ela na comunidade; aprendemos a preparar uma prédica e a elaborar um culto em nosso escritório mas não aprendemos, na mesma proporção, a desenvolver formas criativas que envolvam a comunidade na celebração. Aprendemos a desenvolver uma conversa pastoral individual mas não a criar grupos onde a dor seja partilhada de forma solidária. Considero sintomático que no exame de conclusão exijamos apenas um posicionamento teológico e não solicitemos algo equivalente em termos pedagógicos. Precisamos nos perguntar em que medida o modelo pedagógico praticado na EST não está contribuindo para perpetuar o pastorcentrismo vigente em nossas comunidades.

4. As questões acima abordadas tornam-se particularmente candentes no atual momento em que a EST se propõe a investir na formação de leigos. Existe o risco de formarmos leigos que mais uma vez contribuem para reforçar o modelo clerical de ministério vigente bem como a estrutura paroquial que o sustenta. O ministério dos leigos não pode ser concebido como uma extensão do ministério especial atualmente praticado. Não inte-

ressa socializar a atual forma de ministério, preparando leigos a serem mini-pastores e assim reproduzindo, de uma forma disfarçada, o modelo hierárquico vigente⁴.

As experiências até agora colhidas com o ICTE estão a demonstrar que a formação de leigos a nível de paróquias e distritos não atinge seus objetivos se ela for implementada de fora para dentro, sem que os pastores e demais obreiros se comprometam com ela. Vimos também que a formação de leigos não vinga se for apenas uma das atribuições a mais na já sobrecarregada agenda do pastor. É preciso que entre os pastores e demais obreiros cresça a consciência de que o ministério é de toda a comunidade e que a tarefa principal do detentor do ministério especial consiste justamente em capacitar a comunidade a exercer a sua parcela do ministério global. Mas para que isso aconteça, a formação teológica desses obreiros precisa ter sido direcionada para esse propósito.

Em outras palavras, a EST, como instituição que tem no seu projeto o compromisso com a diversidade dos ministérios, não pode sustentar propostas contraditórias de formação ao ministério pastoral, docente e catequético, de um lado, e de formação de leigos, de outro. O desafio está em encontrarmos pressupostos teológicos e pedagógicos comuns que norteiem nosso projeto de formação como um todo, de modo que, a partir do único ministério, os diversos ministérios possam coexistir lado a lado e se complementarem e enriquecerem mutuamente.

Concluindo, penso que a tradição bíblica e reformatória esboçada acima, tendo por base uma concepção comunitária de Igreja e de ministério, possa fornecer o referencial teológico e pedagógico para a elaboração de um projeto de formação teológica na Igreja e na EST que consiga reverter o processo de atrofiamento do ministério leigo que, como vimos, tem empobrecido o testemunho da Igreja no mundo.

Na medida em que a Igreja se constituir num espaço onde se confere responsabilidade e participação efetiva aos leigos, ela estará, como instrumento a serviço do Reino, contribuindo para que os mesmos exerçam responsabilmente sua cidadania na sociedade.

Notas

- * Aula Inaugural proferida na Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, em 06 de agosto de 1990.
- 1 Pastores colaboradores avaliam sua formação. *Jornal Evangélico*. São Leopoldo, Ano CI, nº5, 8 a 21 de abril de 1990, p. 12.
- 2 IECLB. *Boletim Informativo do Conselho Diretor*. Porto Alegre, nº113, 11 de outubro de 1989, p. 3, item 1.3 d).
- 3 Fórmula para a Igreja. *Jornal Evangélico*. São Leopoldo, Ano CI, nº 13, 23 de julho a 5 de agosto de 1989, p. 2.
- 4 Uma Igreja mais popular e cultos participativos. *Jornal Evangélico*. São Leopoldo, ano CI,

- 15 a 28 de outubro de 1989, p. 16; cf.tb. Muitos pastores não querem dar espaço para os leigos. *Jornal Evangélico*. São Leopoldo, ano CI, 29 de outubro a 11 de novembro de 1989, p. 12.
- 5 IECLB continua sendo uma Igreja com bases rurais. *Jornal Evangélico*. São Leopoldo, ano CI, 15 a 28 de outubro de 1989, p. 11.
- 6 Tenho conhecimento de cursos dessa natureza nos DE Santa Maria, Médio Vale do Itajaí e Mato Grosso, além de iniciativas a nível paroquial.
- 7 Cf. BURGER, Germano. *Quem assume esta tarefa?* São Leopoldo, Sinodal, 1977, p. 73ss. e 87 ss. Cf. tb. STRECK, Edson. *A tarefa, o lugar e a atuação do pastor da IECLB a partir da experiência realizada no PIAI*. Dissertação de Mestrado. Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 1984.
- 8 Baseio-me aqui principalmente nos estudos de KÄSEMANN, Ernst. *Amt und Gemeinde im Neuen Testament*. In: *Exegetische Versuche und Besinnungen*, v. 1 e 2, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1964, p. 109ss.
- 9 Essa doutrina continua em vigor até aos dias de hoje, como lembrou o Cardeal Willebrands em palestra recente proferida no Morro do Espelho (junho de 1989).
- 10 Cf. BRANDT, Hermann. *Espiritualidade*. São Leopoldo, Sinodal, 1978, p. 14.
- 11 BINGEMER, Maria Clara. Da teologia do laicato à teologia do batismo. *Perspectiva Teológica*. Belo Horizonte, nº 19, 1987, p. 38. Sobre tendências pós-conciliares a respeito do papel dos leigos na Igreja Católica, cf. MEDINA, C.A. de/OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. *Autoidade & Participação*. Petrópolis, Vozes, 1973.
- 12 BRANDT, *op. cit.*, p. 12.
- 13 Lutero expôs essa doutrina em diferentes escritos, por exemplo: À Nobreza Cristã de Nação Alemã. In: *Pelo Evangelho de Cristo*. São Leopoldo, Sinodal, 1984, p. 75ss.; Fundamento e motivação da Escritura para o direito e a autoridade de uma assembléia julgar sobre toda doutrina. In: *op. cit.* p. 193ss; *Do Cativo Babilônico da Igreja*. São Leopoldo, Sinodal, 1982. Dentre as análises dessa questão surgidas no âmbito da IECLB, destaco as seguintes: ASHEIM, Ivar. *Das allgemeine Priestertum und die kirchliche Autorität bei Luther*. Estudos Teológicos. São Leopoldo, 8(2): 53-71, 1968; DREHER, Martin. A concepção luterana do ministério eclesialístico. Estudos Teológicos. São Leopoldo, 23(3): 231-248, 1983.
- 14 Cf. ASHEIM, *op. cit.* p. 61s.
- 15 WA 10.2.23,4-8 (Asheim, p.62). A verdadeira Igreja pode tanto estar com uma pessoa individualmente quanto com a maioria, Asheim, p. 66.
- 16 À nobreza cristã, p. 80.
- 17 Cf. DREHER, Martin, *op. cit.*, p. 237.
- 18 Fundamento e motivação da Escritura, p. 198. Cf.tb. ASHEIM, *op. cit.*, p. 63.
- 19 Ibid.
- 20 Fundamento e motivação da Escritura, p. 195ss.
- 21 Fundamento e motivação da Escritura, p. 197.
- 22 Fundamento e motivação da Escritura, p. 196.
- 23 Cf. MEYER, Harding. A compreensão de Lutero do ministério e da ordenação. *Korrespondenzblatt*. Ano 3, nº 6, junho de 1959, p. 4, itens 9-11.

- 24 Cf. ASHEIM, *op. cit.*, p. 62s.
- 25 Cf. ASHEIM, *op. cit.*, p. 53s.
- 26 CA XXVIII. In: *Livro de Concórdia*. São Leopoldo/Porto Alegre, Sinodal/Concórdia, 1980, p. 56; cf. tb. ASHEIM, *op. cit.*, p. 54.
- 27 Cf. LIERMANN, Hans. Landesherrliches Kirchenregiment. In: *Evangelisches Staatslexikon*. Stuttgart. Kreuz-Verlag, 1966, col. 1204.
- 28 Cf. VEIT, Marie. Efeitos sociais de religião e teologia. *Estudos Teológicos*. São Leopoldo, 19(3), 1979, p. 146.
- 29 *Religiosidade Popular Luterana*. São Leopoldo, Sinodal, 1984, p. 22s.
- 30 A luta contra os pastores-colonos no RGS no séc. XIX. In: FISCHER, J. (org.) *Ensaio Luteranos*. São Leopoldo, Sinodal, 1986, p. 33-52.
- 31 Reflexões idênticas precisam ser feitas a nível de direção da IECLB, das regiões e dos distritos eclesiais, bem como das próprias paróquias e comunidades. É imprescindível também que os próprios obreiros (pastores, catequistas, diáconos e diaconisas) reflitam sobre a questão e que cursos de reciclagem ocorram visando um debate amplo da questão. Acima de tudo, porém, é necessário que o próprio povo da Igreja se articule e busque ampliar o seu espaço de atuação.
- 32 A discussão em torno da relação entre a formação teológica a nível de universidade e a prática eclesial está voltando à agenda de debates na Alemanha hoje. A revista *Pastoraltheologie* (Göttingen, ano 79, n° 7, jul. 1990) dedica um número especial a este tema.
- 33 Sobre o assunto, cf. BOFF, Leonardo. *Igreja - Carisma e Poder*. Petrópolis, Vozes, 1982, p. 79s.
- 34 Cf. MONTI, Emilio. Educación teológica abierta. *Cuadernos de Teología*. Buenos Aires, 9(2): 159-163, 1988.

Lothar Carlos Hoch
Professor de Teologia Prática
Caixa postal 14
93001 — São Leopoldo — RS